



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ACTA Nº. 2/2006**

Aos vinte e um dias do mês de Abril de 2006, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vidigueira, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Período de antes da ordem do dia.

Ordem do Dia:

Ponto 1 - Actividade Municipal.

Ponto 2 – Adesão da Câmara como sócia colectiva da Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja.

Ponto 3 – Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação.

Ponto 4 – Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2005, nos termos do nº.2, do artigo 49º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº.5-A, de 11 de Janeiro.

Ponto 5 – 1ª. Revisão Orçamental, para utilização do saldo do ano anterior.

**PRESENCAS.**

Estiveram presentes os dezanove membros que compõem a Assembleia, conforme lista de presenças anexa a esta acta e que dela faz parte integrante.

Estiveram igualmente presentes todos os membros do executivo e ainda o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

**CONSTITUIÇÃO DA MESA.**

Estiveram presentes todos os membros da Mesa:

Presidente: José Mâncio Rosa Soeiro.

Secretários: António Manuel Bacalhau Galvão e Mariana Júlia Veredas Teles.

**ABERTURA DA SESSÃO.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais, o aditamento à ordem de trabalhos do ponto n.º.6, apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança e do ponto n.º.7, aprovação em minuta das deliberações tomadas na presente sessão ordinária da Assembleia Municipal.

Não tendo havido qualquer objecção a ordem de trabalhos, foi aprovada por unanimidade.

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2006.**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, solicitou que fosse rectificado o n.º. do projecto de acta, referente à Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 2006 que seria o n.º.1 e não o n.º.10 e colocou esta à consideração dos Senhores Deputados Municipais.

A mesma foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e um voto contra do Senhor Deputado Municipal João Roberto do PSD.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal para que apresentasse a sua declaração de voto, a qual fica anexa a esta acta e que dela faz parte integrante.

Declaração de voto.

“Considero que, como registo consultável para o futuro da vida política da nossa comunidade, as actas da Assembleia Municipal assumem um papel preponderante, para que amanhã as gerações vindouras possam continuar a escrever a História da nossa terra e das nossas gentes.

Por isso, cabe-nos a todos zelar pelo rigor das mesmas. Facto que, estou certo, assim acontece.

Todavia, em relação à acta da Assembleia Ordinária anterior n.º.1 e que agora foi aprovada com a minha discordância, denotei que a mesma era omissa quanto a partes de diálogos travados entre mim e a Câmara Municipal.

Não se tratava de pequenas imprecisões, mas de partes extensas que não são susceptíveis de retocar pela memória.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Questionei, por isso, e de imediato, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que mostrou total disponibilidade para, em conjunto, ouvirmos os registos magnéticos da sessão anterior, e que desde logo me adiantou não se recordar de ter ouvido a parte do dialogo a que me referia.

Assim, pela falta de tempo, que não me permitiu escutar os ditos registos, porque acredito e quero continuar a acreditar nas Instituições, tal como, na isenção de quem dirige os trabalhos e coordena a elaboração dos documentos, mas porque não deixo igualmente de ter plena consciência do teor das discussões que aqui têm lugar, resta-me votar contra a acta da sessão anterior, e ao mesmo tempo, sugerir que com urgência se substituam os equipamentos de gravação áudio, por outros de maior fidelidade”.

**EXPEDIENTE**

Relativamente ao expediente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguma consideração a fazer sobre a correspondência enviada à Assembleia, colocando-a à disposição dos Senhores Deputados.

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados Municipais que, conforme tem sido hábito da Mesa da Assembleia Municipal, antes de qualquer Sessão, convocava os líderes dos vários partidos representados na Assembleia, para troca de algumas opiniões e que a presente sessão foi preparada com o contributo dos Senhores Deputados. Mais acrescentou que, no dia 25 de Abril, se iria realizar, e com alguma lógica, a Sessão Solene da Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, tendo em conta também a situação do tempo.

Informou que a Sessão Solene começará às dezassete horas e trinta minutos e que contará com quatro intervenções, ficando a última a cargo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Pedi para intervir o Senhor Deputado Municipal João Roberto que quis saber, qual tinha sido o argumento que estivera na alteração do local, para a realização da Sessão Solene do



## MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

25 de Abril, porque na reunião preparatória em que esteve presente, foi proposto e ficando decidido que a Sessão se realizaria em recinto aberto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal em altura própria iria esclarecer aquela questão. Mais disse que depois das várias versões do sítio para a montagem da festa, chegou-se à conclusão que o espaço que reunia todas as condições para a realização do espectáculo, seria a Praça da República. Opinou que as Sessões Solenes deverão decorrer no Salão Nobre.

Interveio o Senhor Deputado João Roberto que de deverá respeitar a solenidade do local onde se realizará a Sessão mas, no entanto, receava que a solenidade se pautasse por uma fraca adesão, sendo sempre aquela a mesma questão. E que, uma vez mais, não a Câmara mas a Assembleia Municipal, perderia a oportunidade de se fazer ouvir fora daquele sítio (Salão Nobre) embora solene.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Roberto e passou ao período de antes da ordem do dia.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberto o período de antes da ordem do dia, pelas vinte e uma horas e vinte minutos e lembrou que o período seria composto por uma hora.

Deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Delgado, que leu a seguinte Moção, a qual fica anexa a esta acta, e que dela faz parte integrante.

Moção

**1º Maio**

A pouco menos de uma semana de comemarmos mais um Dia Internacional do Trabalhador, é dever desta Assembleia pronunciar-se acerca do momento actual do mundo que nos rodeia.

É um dever porque, em primeiro lugar todos nós somos trabalhadores. É um dever porque, todos nós, somos representantes do povo de um concelho. Povo que sofre na pele o flagelo do desemprego. Povo que sofre no dia-a-dia a precária situação do seu, muitas vezes,



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

efémero posto de trabalho. Povo que mês após mês, ano após ano, não consegue ver resultados em seu favor de nenhuma política implementada.

Bem pelo contrário. Os anos sucedem-se, os problemas mantêm-se ou, pior ainda, agudizam-se.

É, assim e por tudo isto, nosso dever actuar. Actuar dizendo que são erradas as políticas governamentais de emprego. Tudo em Portugal é explicado pelo combate ao défice e pela difícil situação internacional, agravada com a crise do petróleo.

Nós dizemos que não. É possível em Portugal ter mais produtividade e com isso criar emprego. Mas não com políticas criadas à medida dos grandes grupos económicos, os grandes responsáveis pelo desemprego e pela precarização do trabalho no nosso país, em colaboração estreita com os governos que temos tido. E se alguém nos disser que um trabalhador é capaz de produzir muito ganhando miseravelmente e vendo os seus direitos reduzidos a toda hora, nós dizemos que é mentira.

Em Portugal assistimos a uma situação única. Analise-se. Vejam-se os telejornais. Leiam-se jornais. Não encontramos um único sector que viva em situação desafogada. Já não exigíamos de boa saúde. Parece-nos estranho que só a banca, a sonae, as seguradoras e mais meia dúzia de grandes empresas não se queixem da grave situação de crise. É impossível que um país possa desenvolver-se, tendo toda a sua população activa descontente. A agricultura é o que se sabe. As pescas estão como estão. O sector mineiro está abandonado. Mas se formos a serviços essenciais do estado como a saúde, sabemos que os médicos e os enfermeiros estão em lutas diárias. Na educação, os professores são obrigados a regressar às suas escolas a meio do ano lectivo pelo mesmo governo que lhes tinha autorizado a dar aulas noutra escola no início do ano. E já se chegou ao cúmulo de mexer também com a Policia Judiciária, uma das únicas instituições que ainda gozava de uma boa imagem. Portanto, toda esta situação interfere com a vida de trabalhadores que, como nós, precisam de trabalhar por modo a garantir a dignidade da sua vida.

Por tudo isto pensamos não ser demais que, ano após ano, comemoemos o 1º de Maio. Dia que os governos e o grande patronato não aplaudem, mas que é querido pelo povo de todo o mundo. Povo esse que somos nós também. E nunca nos devemos esquecer isso, mesmo que não estejamos em época de eleições !



## MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dia de se comemorar, mas também de reflexão e de solidariedade. Reflectir a situação agonizante em que vivem tantos milhares de famílias. Dia de solidariedade, porque temos o dever de ser solidários para quem quer trabalhar e a quem é vedado esse direito tão imprescindível à vida como meio de uma plena integração na sociedade.

Por fim, dia de luta. De muita luta. Porque é um ensinamento que devemos aprender: sem luta não teremos direito ao trabalho nem ao trabalho com direitos. Prova disso são as recentes lutas em França, que impuseram derrotas e recuos ao poder económico e financeiro, assim como ao governo que o serve.

Em contraponto sabemos bem que, sem luta, podemos até perder direito de festejar o 1º de Maio, como aconteceu durante 48 anos em Portugal!

A Assembleia Municipal de Vidigueira, reunida a 21 de Abril de 2006, solidariza-se com a luta do povo português e dos povos de todo o mundo, na luta pelo trabalho com direitos e exorta todos os trabalhadores a participarem nas iniciativas levadas a cabo pelas organizações sindicais.

**VIVAO 1º DE MAIO!**

Vidigueira, 21 de Abril de 2006

Seguidamente, pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Teresa Goes, que passou a ler a seguinte mensagem, a qual fica anexa a esta acta e que dela faz parte integrante.

### **Mensagem do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.**

#### **1º. de Maio de 2006 - Dia do trabalhador e da trabalhadora.**

#### **Um trabalho digno - Caminho de esperança para todos os trabalhadores com ou sem emprego.**

Muitos milhões de pessoas vivem numa situação de desemprego ou subemprego, este atinge muito especificamente as mulheres, pois estas são as primeiras que com frequência perdem o emprego.

O desemprego e o subemprego continuam a aumentar , a causa é a automatização a que recorrem as empresas para aumentar os seus lucros em detrimento dos trabalhadores e



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

trabalhadoras. O despedimento converteu-se, em numerosas empresas num meio desapiedadamente utilizado para diminuir os gastos de exploração. Servem-se dele quando alguns sectores duma empresa deixam de ser rentáveis ou apresentam menos lucros que outros; de igual modo quando se toma possível deslocalizar o trabalho com o fim de pagar salários menos elevados, ou para beneficiar de regulamentos menos exigentes de protecção aos trabalhadores.

Em numerosos países, as pessoas sem emprego não beneficiam de qualquer protecção social. Perder o trabalho representa uma ameaça directa para a sua existência e a da sua família. Quando existe uma segurança social temporária, a perda de emprego é sinónimo de uma forte exclusão social, que se apresenta com frequência de forma silenciosa e quase invisível. O desemprego e o subemprego representam, para as suas vítimas e respectivas famílias, um destino duro que afecta um número cada vez maior de pessoas.

No mundo laboral de hoje, o medo do desemprego e do subemprego é utilizado, igualmente, como instrumento de pressão para forçar os trabalhadores e a trabalhadoras a que aceitem condições e salários que anulam as leis em vigor e as convenções colectivas. Ao manipular este potencial de ameaças, as correntes políticas próximas das federações e do sector económico, procuram mudar as convenções gerais do trabalho, em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras de todo um país, ameaçando despedir muitas outras pessoas.

Por esta razão, exigimos a todos os responsáveis políticos e económicos que se esforcem no sentido de poderem dar possibilidade a todos os trabalhadores e trabalhadoras de terem um rendimento suficiente que lhes garanta, bem como às suas famílias, uma vida digna.

Opomo-nos a que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam, cada vez com mais frequência, considerados(a)s e tratado(a)s como bens económicos, a quem se explora enquanto dão lucro e que se deitam fora quando já não fazem falta.

O trabalho faz parte da vocação de toda a pessoa; o homem exprime-se e realiza-se mediante a sua actividade laboral. Simultaneamente, o trabalho tem uma dimensão social, pela sua íntima relação quer com a família, quer com o bem comum.

Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do Partido Socialista

Vidigueira, 21 de Abril de 2006.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Municipal e deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal José António, que colocou ao executivo a questão dos ciganos na Vidigueira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, o período de antes da ordem do dia era um período essencialmente virado para questões gerais e, o que o Senhor Deputado estava a colocar tinha a ver com Actividade Municipal. Mais disse que, o período de antes da ordem do dia era um período por excelência político, porque a Assembleia Municipal era acima de tudo um Órgão político se tiver o contributo dos Senhores Deputados Municipais.

O Senhor Deputado Municipal José António disse discordar do Senhor Presidente da Assembleia, contudo poderia passar aquela questão para a actividade Municipal.

Durante o compasso de espera pelas fotocópias da Moção e da Mensagem, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos Senhores Deputados Municipais que reflectissem quanto à possibilidade da distribuição de todos os documentos em CD, evitando o enorme gasto em papel. Referiu que o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, não tinha sido distribuído, devido há grande quantidade de papel, no entanto, seria entregue em CD a cada um representante dos grupos políticos. Mais disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, se algum dos Senhores Deputados Municipais não reunisse condições, ser-lhe-ia facultado todos os documentos em papel.

Relativamente aos dois documentos apresentados pelas bancadas da CDU e do PS, foram colocados à discussão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Não havendo qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os documentos à consideração dos Senhores Deputados Municipais, votando.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Iniciou-se a votação com a Moção apresentada pelo Grupo de Trabalho da CDU, sobre o dia 1º. de Maio – Dia Internacional do Trabalhador, ficando esta aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e três abstenções da bancada do PS (Senhores Deputados Aníbal Carapeto, Paulo Coelho e Pedro Ferreira).

Seguidamente, procedeu-se à votação da Mensagem apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre o dia 1º. de Maio – Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, ficando esta aprovada, por maioria, com quinze votos a favor e quatro abstenções da bancada da CDU (Senhores Deputados Mariana Teles, João Carlos Goes, Joaquim Andrade e António Graça).

Não havendo mais questões a colocar no período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao 1º. ponto da ordem de trabalhos – Actividade Municipal.

### **ORDEM DO DIA.**

#### **PONTO Nº.1 – ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António que recomeçou com a sua preocupação, relativamente ao aumento do número de famílias ciganas na Vidigueira, vindas de outras localidades. Referiu-se ao lixo que abunda nas zonas onde eles se instalam e aos animais que circulam à solta, provocando acidentes. Questionou a Câmara, quanto à possibilidade de criação de um lugar, para que aquelas famílias que viessem de novo se instalassem durante o tempo que pudessem estar no concelho. Apontou a situação que, por vezes, se vive junto à Piscina Municipal e aos Bairros.

Referiu o desperdício de água que é feito pelos ciganos. Disse que, durante o anterior executivo, falou várias vezes com o Senhor Presidente da Câmara, mas que não houve coragem para o fazer. Colocou a hipótese de poder ser colocado um contador, para que a Câmara os pudesse chamar à responsabilidade, tentando-se assim evitar gastos de água muitas das vezes desnecessários.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Interveio o Senhor Deputado Municipal João Carlos Goes que, relativamente à questão dos ciganos, disse ser a sua opinião e não da bancada mas que, a poderão ou não partilhá-la, que passava pela sua integração e não pela sua expulsão, nem por um tratamento discriminatório. Relembrou que, várias vezes abordou a questão da eventual construção de 40 fogos no Loteamento do Castelo, que existia dentro da rubrica da construção da habitação social e que, alguns daqueles fogos, seriam para fazer a integração da comunidade cigana. Referiu que aquela obra estava comparticipada a 50% e que se tinha perdido aquela verba, pelo que considerou não ter sido só uma questão de coragem política, mas sim um erro de gestão muito grave, que foi a perda de muitas dezenas de milhares de contos. Segundo o Senhor Deputado Municipal João Carlos, com a construção daqueles fogos seria o princípio da resolução dos problemas dos ciganos.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Aníbal Carapeto que, reportando-se à acta nº.6/2006 da Câmara Municipal, no que concerne à aquisição dos prédios urbanos na Rua Longa em Vidigueira, sede do Clube Vasco da Gama e Ciclo Operário, que irão ser transformados em Centro de Dia e Centro Cultural, respectivamente, questionou o executivo da existência de algum estudo sobre a possibilidade de implementação do previsto e dos respectivos custos.

Continuando na sua intervenção, o Senhor Deputado Municipal Aníbal Carapeto perguntou à Câmara se estava alguma coisa agendada sobre a Estação de Tratamento Águas Residuais, dado que se constata que a mesma está esgotada. Quis saber da veracidade dos comentários que são feitos, em relação às duas notificações que a Câmara recebeu do Ministério do Ambiente, por estar a queimar lixo no espaço junto ao Parque Industrial.

Perguntou os custos do evento da mostra da doçaria “a pão e laranja”, bem como a publicidade que foi feito ao mesmo. Referiu que foram feitos alguns comentários por parte dos visitantes onde, estes, salientavam que o evento não correspondia no mínimo a toda a publicidade que envolveu o mesmo e que as suas perspectivas tinham sido goradas. Perante tal situação, o Senhor Deputado Municipal Aníbal Carapeto perguntou se Câmara estava a pensar em melhorar todo o projecto relacionado com aquele evento.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Continuando na sua intervenção, o Senhor Deputado Municipal perguntou os custos do Carnaval e do espectáculo do 25 de Abril com o artista Sérgio Godinho e referiu que alguém lhe tinha falado em cerca de 20 mil Euros, verba que considerou um pouco estranha, dado que a Câmara tem estado a optar por uma boa gestão em termos de custos.

Reportando-se à última Assembleia Municipal, lembrou a intervenção do Senhor Deputado José António, que disse que seria importante a admissão de um cobrador de água, para assim se prestar mais um serviço aos Municípios e que, seria também criado mais um posto de trabalho, tendo como resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara, que a conjuntura económica presente dizia totalmente o oposto, pois havia que fazer contenção das despesas. O Senhor Deputado Municipal Aníbal Carapeto, disse concordar com o Senhor Presidente da Câmara, dado que, para se gerir, por vezes, a razão terá de falar mais alto do que o coração. Mais disse que, passados alguns dias tinha ficado espantado, quando verificou que o Senhor Presidente da Câmara se esqueceu da razão e que o seu coração foi ao encontro daquilo que, na oposição, tanto foi criticado ao Partido Socialista, que foi a contratação de um Assessor, que deverá auferir talvez três ou quatro vezes o montante do cobrador de água.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal Aníbal Carapeto e deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Delgado, que se contrapôs à questão da mostra “a pão e laranja” referida pela bancada do PS, dizendo que no ano anterior, a CDU tinha feito uma intervenção numa Assembleia Municipal em que alertou para uma maior dignidade da mostra, porque se poderia estar a “queimar” dois produtos de excelência do concelho de Vidigueira. Prosseguindo na sua intervenção, felicitou a Câmara por ter tido a coragem de trazer a feira para dentro de Vidigueira. Referiu que, o espaço estava bonito, que os visitantes foram em maior número em relação ao ano anterior e, se não houve uma maior participação por parte das pessoas que estavam nos stands, foi porque se sentiram defraudadas no ano passado. Mais disse que a feira tem que ser melhorada, como qualquer outro evento que se organize, terá que haver sempre a ambição de melhorar e que, a mesma, nada teve a ver com a feira do ano passado, esteve bem melhor, estando por isso a Câmara de parabéns.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Não havendo mais questões referentes à Actividade Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara pediu autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para passar a palavra ao Senhor Vereador Teles a fim de este poder responder a algumas questões que foram ali colocadas.

O Senhor Vereador Teles usou da palavra e disse que, relativamente, à questão da Estação de Tratamento Águas Residuais de Vidigueira, explicou que esta tinha 2 lagoas, sendo que a 1ª. deveria ser limpa de 2 em 2 anos, o que era feito normalmente, contudo, durante o mandato do Partido Socialista, não foi limpa uma única vez e, inclusivamente, para agravar ainda mais, começaram a despejar-lhe todas as fossas que existem no concelho. Informou que as análises revelaram que a água que estava a sair era bem pior daquela que estava a entrar.

Informou que foram pedidas propostas a algumas empresas para procederem à limpeza da lagoa, porque o ambiente exigia uma série de regras. Informou que não se sabe onde despejar tudo aquilo, dado que nem no próprio aterro sanitário o querem. Possivelmente haverá que contratar uma empresa que faça a separação dos líquidos e das lamas, para que estas, depois de secas, sejam enviadas para o aterro, o que custaria alguns milhares de contos.

Relativamente à questão das queimadas que foram feitas junto à Estação de Transferência do lixo, o Senhor Vereador Teles, informou que, por denúncia de alguém, estiveram na Câmara os Técnicos do Ministério do Ambiente. Explicou que a Câmara sempre queimou, porque o podia fazer, as folhas de árvores, provenientes da limpeza de jardins, contudo, naquele fim de semana, alguém despejou um outro tipo de lixo e começou a queimar. O Senhor Vereador Teles achou por bem que tal denúncia fosse feita, só que a penalizada seria a Câmara, que gasta milhares de contos na defesa do ambiente.

Mais disse que, a seguir àquela situação mandou fazer um portão para não entrar ninguém naquela zona a despejar nada.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Interveio o Senhor Presidente da Câmara e disse que, em relação aos ciganos, todos ali presentes tinham a noção de que, se o problema com os ciganos fosse fácil de resolver, já estaria resolvido. Considerou correcto o cenário traçado pelos Senhor Deputado João Carlos Goes. Informou que as autoridades encolhem os ombros e nada fazem para obrigá-los a circularem pelas várias freguesias e pelos vários concelhos, o que o levou a solicitar uma reunião com o Senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana, para que se esclarecesse, de uma vez por todas, qual era o papel da Guarda Nacional Republicana no contexto da segurança do concelho de Vidigueira.

Quanto aos gastos de água, o Senhor Presidente da Câmara disse que tinham a noção de que eram excessivos, contudo não tinham coragem para mandar cortar a água àquelas crianças. Mais disse que, se alguém tivesse coragem, poderia ocupar o seu lugar pois concedia-o de boa vontade.

Respondendo ao Senhor Deputado Aníbal Carapeto, o Senhor Presidente da Câmara informou que os prédios na Rua Longa em Vidigueira, não tinham sido ainda adquiridos. Estavam negociados e que os contratos de promessa de compra e venda iriam ser celebrados na próxima semana. Quanto aos projectos definidos para aquela Rua disse que havia intenções, não havia custos, porque não fazia sentido mandar elaborar projectos, nem projectar custos se os prédios não pertenciam ainda à Câmara. Mais disse que, quando isso acontecer, seriam desenvolvidos projectos para o aproveitamento daquela zona, tendo como finalidade, a revitalização de uma zona nobre da Vidigueira, que estava a morrer.

Em relação ao Festival “A Pão e Laranjas”, o Senhor Presidente da Câmara disse que eram surpresas atrás de surpresas todas as informações dadas pela oposição relativamente ao evento, porque ninguém lhe tinha apontado aspectos negativos do festival. Informou que houve um défice em termos de expositores, mas que havia uma razão para tal, pois, no ano anterior, as coisas não tinham corrido bem. Mais informou que, segundo alguns dados que tinham, se calhar houve pessoas que, durante aquele fim de semana, ganharam mais dinheiro do que nos seis meses anteriores com a actividade. Quanto aos custos, informou que, estes, rondaram sensivelmente 25 mil Euros (14 mil para o aluguer das tendas e 11 mil



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

para os artistas e publicidade). Mais disse que, se a Câmara tem vindo a afirmar constantemente que, dentro de um período razoável, o concelho de Vidigueira poderia vir a ser um destino turístico, então seria uma das formas de dar a conhecer o concelho com toda aquela promoção e, toda a promoção que seja bem feita, nunca será excessiva. Referiu que se as expectativas foram goradas, provavelmente poderia reconhecer alguma razão de quem o disse, talvez estivesse à espera que as pessoas que viessem à feira, pudessem encontrar restaurantes no recinto da feira. Mas, a estratégia que foi delineada para aquela feira foi outra e foi para mostrar Vidigueira e, nada melhor do que não ter lá restaurantes, para que as pessoas não se limitassem só ao espaço da feira, mas que procurassem os restaurantes e que visitassem as várias ruas.

Continuando na sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara informou que os custos do Carnaval rondaram sensivelmente os 12 mil euros, menos 3 mil euros que no ano passado. Quanto aos custos do espectáculo com Sérgio Godinho, informou que os valores andam sensivelmente pelos 20 mil euros. A escolha recaiu naquele artista, porque entendeu a Câmara que, os 30 anos de poder autárquico, deveriam ser comemorados com aquela ordem de grandeza e com um artista que era referência a nível nacional.

No que diz respeito à admissão do novo funcionário, que não teve receptividade por parte da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara lembrou a quem estava menos atento que são normas emanadas do poder central, que os custos do pessoal não poderiam ser superiores aos custos com os mesmos no ano anterior. Por muita vontade que houvesse em admitir quem quer que fosse, não o poderiam fazer, afirmou o Senhor Presidente da Câmara.

Quanto à contratação de um Assessor, finalizou a sua intervenção, traçando um curto paralelismo com uma outra Câmara que está completamente falida e que, por acaso, é Socialista, em que o Senhor Presidente não se coíbiu de ser assessorado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e, seguidamente, deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal José António.

O Senhor Deputado começou por dizer que tinha ficado na dúvida, de uma vez mais ser mal interpretado em relação à sua pergunta e à resposta do Senhor Presidente da Câmara.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Respondendo ao Senhor Deputado João Carlos, disse nunca ter falado ali em coragem política, falou sim em coragem da pessoa fazer aquilo que realmente pensava. Em relação ao Senhor Presidente da Câmara, disse que não tinha frisado em cortar a água às crianças nem aos pais, mas sim serem colocados contadores, para que a pudessem pagar como toda a gente que também tem filhos e que precisam de beber e de tomar banho.

Voltando à questão da feira “A Pão e Laranja” disse não ter ouvido lamentações por parte dos expositores. Frisou mais uma vez que gostou do espaço e que estava muito bonito. Mais disse que houve um pouco de expectativa, que foi gorada de quem veio e se deparou só com aquele espaço. Na sua maneira de ver, disse que o evento não tinha sido mal organizado, mas tudo aquilo que foi dito nos jornais e na televisão não correspondeu às expectativas dos visitantes.

No que concerne aos ciganos, disse que não foi feito o aproveitamento da verba que ficou assinado em acordo com a Senhora Ministra e ao qual teve a oportunidade de assistir. Considera, tal como o Senhor Presidente da Câmara, ser mais fácil de falar do que resolver, pois as famílias não queriam ir juntas para aquele local, queriam divisões, o que se tornou incomportável. Em seu nome pessoal disse discordar com a entrega de casas aos ciganos, porque, para ter a sua casa, tem que trabalhar. Mais disse que os ciganos ao serem realojados e integrados terão de trabalhar, porque não serão as outras pessoas que terão de trabalhar para lhes dar de comer. Daí que discorde da opinião do Senhor Deputado Municipal João Carlos Goes, pois os ciganos seriam integrados à conta dos otários. Apontou o estado em que ficava a casa mortuária, aquando da sua utilização pelos ciganos, colocando em dúvida se será aquela a forma de se integrarem na população. Alertou para o facto de haver cada vez mais ciganos no concelho de Vidigueira, que poderão vir a ser em maior número que a população residente, se a Guarda Republicana não resolver e se a Câmara não fizer pressão.

Continuando na sua intervenção, quis saber para quando o pagamento das bolsas de estudo aos estudantes, se já tinham sido pagos alguns subsídios às Associações e se os planos de actividades já tinham sido entregues. Mais disse que não queria ser impertinente no assunto dos subsídios e não querendo destoar nenhuma Associação, porque não se sente com



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

capacidade para tal, mas exemplificou com o Clube de Cicloturismo de Vidigueira que não via em actividade, e que lhes estavam destinados 4 mil euros como subsídio.

Interveio o Senhor Deputado Municipal João Carlos Goes que afirmou que não queria que o Senhor Deputado José António, concordasse consigo como é obvio em relação à questão dos ciganos. Disse que o problema dos ciganos não se resolvia em 4, 8, 12 ou 20 anos, mas em uma ou duas gerações; que teriam de deixar de ter a sua característica mais importante que era a itinerância, para que os filhos pudessem ir à escola. E que, a forma de resolver dentro de uma ou duas gerações o problema daquela etnia, era garantir-lhes o realojamento, nem que para tal saísse do bolso de cada contribuinte de forma indirecta. Disse que não se poderia obrigar os ciganos a pagarem a água, nem as casas que iriam habitar. Esperar sim que os filhos ao fim de uma ou duas gerações, estejam plenamente integrados. Mais acrescentou que não pretendia que estivessem de acordo com a sua opinião, só em tempo infinito é que poderão estar com algum acordo naquele ponto de vista.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, indicando-lhe que poderia distribuir a palavra como entendesse.

Interveio o Senhor Vereador Pestana que respondendo ao Senhor Deputado José António disse que os subsídios só iriam ser entregues, mediante a apresentação dos planos de actividade. Informou que o Clube de Ciclismo de Vidigueira, já tinha entregue o plano de actividades e que, a sua primeira actividade, seria o seu grande prémio, integrado nas Festas de Vidigueira.

O Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador Teles para responder à questão dos contadores da água para os ciganos.

O Senhor Vereador Teles informou que foi levado a reunião de Câmara a questão de uma comunidade cigana que tinha os filhos na escola, que não queriam barraca, queriam sim um acampamento à sua vontade e na Vidigueira. E que a Câmara tinha deliberado duas hipóteses, ou iriam para o Castelo junto dos outros, ou então para um terreno junto à ETAR.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Disse ter sido comunicado à GNR de Vidigueira por escrito aquela deliberação, e que esta nada fez, apesar de se ter falado uma série de vezes com o Senhor Sargento do Posto da Vidigueira.

Informou que foi solicitada uma reunião com o Comando da Guarda Nacional Republicana de Moura para o próximo dia 28, para se poder chegar a um consenso.

Relativamente à questão da água, o Senhor Vereador Teles disse já estar decidido a nível do seu pelouro, pois foram dadas ordens à Dr<sup>a</sup>. Lúcia para que falasse com os ciganos e lhes dissesse que iria ser colocado um contador para cada uma das famílias e que, segundo se constava, estavam de acordo. Contudo, estava por definir o sítio onde irão ser colocados os contadores.

Solicitando autorização ao Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara quis tocar nalguns pontos da actividade municipal e prestar alguma informação à Assembleia Municipal para que, aquele ponto da ordem de trabalhos, não se cingisse somente a questões. Informou do encerramento da Zona Agrária de Vidigueira e que iriam ser abordadas algumas situações que o Senhor Deputado Municipal João Roberto quis transmitir na sua primeira intervenção, e que tinha a ver com o concelho vizinho e com a urticária que provocava a algumas pessoas. Disse que a Direcção Regional de Agricultura informou a Câmara do encerramento da Zona Agrária de Vidigueira e que os serviços iriam ser transferidos para Cuba, porque não fazia sentido haver três postos a funcionar (Cuba, Vidigueira e Alvito) pois era necessário começar a poupar algum dinheiro. Disse que tinha sido com alguma estranheza que receberam tal notícia, porque o concelho de Vidigueira era o que tinha mais agricultores e era um concelho que, por tradição, tinha duas entidades ligadas à área agrícola que eram a Adega e a Cooperativa. Informou que lhe foi garantido que não era uma decisão política, mas sim uma decisão de centralidade, já que Cuba estava no meio dos dois concelhos. Motivo pelo qual, se calhar, pensaram em levar para Cuba o Centro de Saúde, e talvez outros serviços mais, opinou o Senhor Presidente da Câmara. Mais disse que, em reunião com o Senhor Director Regional de Agricultura, foi-lhe manifestado todo o seu desagrado com aquela medida. Agradeceu à Direcção da Cooperativa Agrícola por terem manifestado o seu desagrado, afirmando que se a Zona



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Agrária fechasse, os agricultores não estariam dependentes de Cuba, porque se iria mais facilmente a Beja. Perante o exposto dirigiu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Roberto, dizendo-lhe que talvez o Senhor Deputado, a partir dali, começasse a perceber a urticária que provocava o nome Cuba. Informou que colocada a possibilidade de voltar a abrir um espaço, onde os agricultores pudessem ser atendidos, foi celebrado um protocolo entre a Câmara e o Ministério da Agricultura, na pessoa do Senhor Director Regional, no qual a Câmara assegurava o espaço, meios informáticos, meios humanos complementados com os Técnicos do Ministério da Agricultura. Informou que os serviços estavam a funcionar no edifício da Câmara e que não tinha sido devidamente divulgado, porque o protocolo ainda carecia de uma assinatura, embora os serviços já estivessem a funcionar.

Mais acrescentou o Senhor Presidente da Câmara que, a convite do Dr. Cabral, foi realizada uma visita pelos postos médicos do concelho e que foram identificadas algumas lacunas. Segundo o Senhor Dr. Cabral, o posto médico de Pedrógão do Alentejo necessitava de ser ampliado e que, o de Selmes, não reunia as condições para funcionar. Quanto a estes casos, o Senhor Presidente da Câmara informou o que tinha sido dito ao Senhor Dr. Cabral, que só seria possível a Câmara efectuar aquelas obras, se por ventura houvesse a possibilidade de uma reunião com o Senhor Dr. Pina Manique, para se saber qual era a política de saúde que o actual governo preconizava para o concelho de Vidigueira. Mais informou o Senhor Presidente da Câmara que o Dr. Pina Manique, ainda não se tinha deslocado à Vidigueira e que não havia nenhuma reunião marcada, contudo, se fossem dadas garantias que aqueles investimentos que viessem a ser feitos, teriam um prazo razoável de manter os médicos e os serviços de atendimento nas freguesias, a Câmara estaria disponível para fazer aqueles investimentos.

Continuando na sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, em reunião do Conselho da Região em Évora, recebeu a notícia do encerramento da Escola de Alcaria. Considerou aquela informação espantosa, porque ninguém do Ministério da Educação, nem da Direcção Regional, tinha enviado qualquer comunicação a informar do fecho da referida escola, e que o seu nome já constava naquela enorme lista. Informou que se tinha juntado ao parecer do Conselho Pedagógico da Escola, que foi negativo quanto ao encerramento da Escola de Alcaria, um abaixo assinado da população. Mas que, por decisão do Ministério



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

da Educação, que não olhou para ninguém, nem atendeu às aspirações de uma população que irá ver o seu último elo a ser encerrado. Perante tal situação, o Senhor Presidente da Câmara opinou que em Portugal se vivia uma ditadura democrática, ou seja uma maioria que obteve legitimamente os seus votos, mas que perdeu a sua capacidade de ouvir, que fazia o que queria e como queria. Apontou a reunião que decorreu em Beja com a Senhora Ministra da Educação, em que foi manifestado por vários autarcas, o descontentamento com o encerramento de escolas nos seus concelhos.

Referiu a reunião com a Directora Regional do Instituto Português Património Arquitectónico, sobre a casa do Almeida em Vila de Frades, na qual foi dito pela Senhora Directora que não havia dinheiro para a recuperação da referida casa. Afirmou o Senhor Presidente da Câmara que não era justo, quando constavam nos protocolos direitos e obrigações para as duas partes e os protocolos deveriam ser cumpridos. Disse que não havendo fundos comunitários que auxiliassem na recuperação daquela casa, a Câmara não teria meios financeiros para a recuperar, estando ela num estado de degradação.

Reportando-se às inaugurações, o Senhor Presidente da Câmara disse que a Senhora Ministra esteve no concelho de Vidigueira, a inaugurar a Casa do Arco e teve a oportunidade de lhe transmitir não só a situação da referida Casa mas também da Casa do Almeida. Referiu também a inauguração da Barragem de Pedrógão do Alentejo e que gostou particularmente da intervenção do Senhor Primeiro Ministro com todo o seu optimismo quanto à redução em dez anos, do prazo da execução do projecto de Alqueva, só que não disse que cerca de 30% do projecto já não iria ser executado.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, relativamente ao Plano Director Municipal, a Câmara ponderava rescindir o contrato com a empresa que ganhou o concurso porque, ao fim de 3 anos, com a argumentação a roçar a má educação para com a Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional Alentejo, que auxiliou a Câmara na análise do projecto, não tinham as mínimas condições para efectuarem um Plano Director Municipal, que garantisse um desenvolvimento para o futuro ou que projectasse para a Vidigueira o que se queria ser daqui a 10 ou 15 anos. Sendo aquela, a empresa que não teve capacidade de realizar o projecto da rotunda do Cemitério, então como se aventuraram a fazer o Plano Director Municipal, questionou o Senhor Presidente da Câmara.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Quanto ao Plano de Urbanização de Vidigueira, informou que foram solicitadas algumas alterações e correcções, porque foi detectado que havia zonas projectadas para determinados tipos de equipamento e que, presentemente, já lá estavam outros. Foi dada a indicação, na boa fé, aos Técnicos da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional Alentejo, que não seria possível aqueles equipamentos, naquele lugar, e que, os mesmos, seriam deslocados para outro lado, o que obrigou à solicitação de novos pareceres às entidades que supervisionam esses tipos de equipamentos. Apontou o caso concreto que se localiza na antiga firma de José Mendes Carvalho, encontrando-se projectado no Plano de Urbanização um espaço destinado a um lar, mas alguém aprovou um loteamento e as casas foram lá construídas. Informou que foi solicitado o parecer à Segurança Social, quanto à localização do lar e esta emitiu um parecer desfavorável, porque para aquela área não estava previsto, nem tinham conhecimento de nenhuma intenção de construção de lar. O Senhor Presidente da Câmara disse achar estranho, ficando-se na dúvida de quem teria tido a responsabilidade pela emissão do parecer para a construção do lar na Estrada de Alcaria. Informou que aquele parecer estava na Câmara e que a Segurança Social já tinha tido conhecimento do mesmo, justificando-se que não tinham reparado que, afinal já tinham emitido um parecer, e que havia outro lar já em fase de poder arrancar para ser construído. O Senhor Presidente da Câmara disse serem manobras de bastidores que estão a ser efectuadas por alguns, pensando que prejudicam outros, mas que poderiam ter a certeza que prejudicariam o concelho de Vidigueira.

Falou no Plano de Ordenamento da Albufeira de Pedrógão do Alentejo que estava em fase de discussão pública, que era uma zona que trazia algumas expectativas e informou que não se conseguiu de forma alguma fazer com que a comissão mista e o grupo de trabalho que estava a rever aquele plano, aceitasse todas as pretensões da Câmara. Informou que, no início, nada estava previsto para a margem esquerda do rio Guadiana e que para a margem direita, apenas estavam previstos 16 hectares, destinados ao turismo e a um Parque de Campismo. Mas que, naquele momento, já poderiam falar em 90 hectares para a margem direita e para a esquerda em 110 hectares. E, que apesar da margem esquerda pertencer ao concelho de Serpa, existiam aldeias que poderão vir a beneficiar mais com aquele investimento turístico, que seria a do Pedrógão do Alentejo, onde existia a possibilidade de



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

construção de uma unidade hoteleira de 4 estrelas. Mais disse o Senhor Presidente da Câmara que, ao contrário daquilo que foi transmitido à Câmara pelo Senhor Presidente do Instituto da Água, numa das últimas reuniões da comissão era que, de forma alguma iriam existir campos de golfe na zona de 500m da barragem e o que era certo é que, para toda a área, estava prevista a construção de 9 a 11 campos de golfe. Mais informou que aquele plano não garantia linearmente os acessos à água, sendo uma das dificuldades que todas as autarquias se debatiam. Contudo, disse acreditar que, durante o período de discussão pública, seria possível introduzir mais algumas nuances que permitissem que o público em geral tivesse acesso à água mesmo atravessando propriedades privadas.

Terminou dizendo que, apesar da satisfação com o conseguido em termos de revisão, Vidigueira ficou mais pobre naquele processo, não no processo em si, mas no facto temporal porque a principal aliada que conseguiu juntar os concelhos de Serpa, Moura e Vidigueira e que poderia, de alguma forma, pressionar o Instituto da Água a aceitar as pretensões da Câmara da Vidigueira, faleceu no acidente de viação, a arquitecta Maria João George, que tinha ligações à Vidigueira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Roberto.

Iniciou a sua intervenção com o relembrar no que consistiu a sua primeira intervenção, que foi numa declaração de voto, pois tinha votado contra a acta, que em sua opinião não traduzia uma parte do diálogo que tinha mantido com a Câmara e que, mesmo sem se referir a ela em concreto, porque teve o cuidado de o não fazer, achou que o que foi dito na última Assembleia acerca de se ter urticária em relação aos indivíduos de concelho de Cuba, tinha sido de facto uma expressão fruto de alguma animosidade e que, depois de ponderada, talvez fizesse sentido não constar de uma acta. Daí que, entre as várias opções que tinha entre tentar aditar aquilo à acta, porque se lembrava perfeitamente do que tinha sido dito naquela Assembleia. E, entre aquela possibilidade, ou de votar contra e de nem sequer referenciar aquilo que considerava que poderia ser um incidente do ponto de vista da comunicação institucional entre duas autarquias, tomou a opção de não o referir. Contudo, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara referiu a questão da urticária em relação aos



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

seus concidadãos do concelho de Cuba, que tivesse servido para avivar a memória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que o levava a retirar uma parte da declaração de voto. Recomendou, em substituição da aquisição de novos equipamentos de gravação, que as coisas fossem feitas com outro grau de ... e pediu desculpa por alguma hesitação, mas que não iria adjectivar, porque lhe poderia sair alguma coisa que se pudesse vir a arrepender e talvez não ter a mesma sorte dos outros e ficar registado em acta.

Relativamente ao discurso proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a urticária ao concelho de Cuba, o Senhor Deputado Municipal João Roberto disse que sendo ele muito mais novo que o Senhor Presidente, tinha por ele e por todos ali presentes, o maior respeito, mas que deveria rever de facto aquele discurso. Disse que o mesmo não era dito de uma forma sentida, quando o referia, referia-se a determinados poderes, a determinadas pessoas que tinham uma intenção que era gravosa para o concelho de Vidigueira e que lhe ficava bem em defendê-lo, pois ele faria o mesmo. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que tivesse o cuidado de não colocar tudo no mesmo saco, ou de não transmitir uma mensagem que desse a ideia que se colocava tudo no mesmo saco. Disse não ser os indivíduos de Cuba; que existiam determinados poderes instituídos tanto em Cuba, Alvito, Portel... que por vezes turvam o trabalho dos outros e que, em sua opinião, um responsável por uma autarquia e, designadamente o Presidente da Câmara Municipal de Vidigueira, terá que conseguir transmitir a mensagem sem ferir susceptibilidades.

Felicitou o Senhor Presidente da Câmara por ter tomada a iniciativa de comunicar à Assembleia Municipal um conjunto de planos e de informações, no ponto de trabalho da actividade municipal. Em sua opinião, o Senhor Presidente da Câmara deveria ir além das questões que lhe são colocadas. Reportando-se a anteriores Assembleias Municipais, disse que tinha acontecido muitas vezes não haver perguntas dos Senhores Deputados Municipais e não havia qualquer esclarecimentos por parte da Câmara, passando-se ao ponto seguinte, o que classificava de uma pobreza atroz, era inqualificável, daí que o felicitava por aquela atitude. Disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido alguns aspectos, que são dignos de registo para o concelho de Vidigueira, e que iria referir apenas um que tem a ver com o fecho dos serviços do Ministério da Agricultura. Felicitou o Senhor Presidente da Câmara por ter acarinhado o protocolo que tinha sido proposto pelo Senhor Eng<sup>o</sup>. Francisco



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Branco e que, em sua opinião, foi uma boa opção. Foi um mérito que serve a todos, que não foi só um mérito da Câmara, foi uma iniciativa que partiu essencialmente do Ministério da Agricultura.

Quanto aos outros planos que o Senhor Presidente da Câmara falou, disse esperar que aqueles que estão a correr menos bem, que passassem a correr melhor, mas que registou com alguma curiosidade o facto de uma vez mais o Senhor Presidente da Câmara não falar naquilo que falou durante a campanha eleitoral, no célebre plano de desenvolvimento estratégico para o concelho de Vidigueira. E, como foi dito na última Assembleia Municipal, que o plano balançava mas que não caía, disse estar em crer que foi por esquecimento, ou que ele continuará a balançar mas que certamente ainda não caiu.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado João Roberto e lembrou que se estava a chegar ao tempo limite da actividade municipal sugerindo aos Senhores Deputados Municipais, se concordassem, que se fizesse a inscrição final para intervirem. E, que de seguida, o Senhor Presidente da Câmara responderia às questões para assim se poder passar ao ponto seguinte, dado que ainda havia muito trabalho a fazer.

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António e disse que não queria de maneira alguma pensar que seria má vontade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas cada vez que pedia a palavra, estava sempre no sítio errado, pelo que pediu desculpa, se assim o fosse.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao Senhor Deputado Municipal José António que estava com um espírito de humor fantástico, que gostava dele assim, mas o Senhor Deputado é que não aceitava o seu espírito de humor, apesar de ali estar no seu silêncio absoluto, para ver como seria a reacção do Senhor Deputado. E, deu-lhe a indicação para continuar na sua intervenção.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, disse que este tinha falado no processo do lar, mas que não entendeu bem todo aquele enredo. Disse não estar muito dentro do assunto e que gostaria de ficar mais elucidado sobre aquela questão.

Disse ter ficado satisfeito com a intervenção do Ministério da Agricultura, e que já tinha tomado conhecimento. Felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelo andamento que deu à questão da criação do espaço, para a instalação da Zona Agrária e, por ser um pouco parecido com o Senhor Presidente da Câmara de Cuba, que leva tudo quanto pode para o seu concelho. Que não será por inerência política, mas sim por ser um Presidente activo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado e deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira, que disse no seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Roberto, que queria voltar a manifestar-se, à semelhança daquilo que fez durante a reunião preparatória para a presente Assembleia. Mostrou o seu interesse e de toda a bancada do Partido Socialista em que se proceda não só a uma informação mais detalhada relativamente ao plano estratégico do desenvolvimento da Vidigueira, mas que também era um compromisso que ele e a sua bancada assumiam de ser dado um contributo no espaço da Assembleia Municipal, porque considerava que, quanto mais ampla for a discussão, mais completo ficará o documento, seja ele uma expressão de ideias, ou uma expressão de projectos para o concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Deputado e deu a palavra ao Senhor Deputado António Graça. Disse que iniciaria a sua intervenção retomando, mais uma vez a questão da “famosa urticária” e referindo-se ao documento emanado pela Escola Profissional Fialho de Almeida, que mais lhe parecia um papel de rascunho, classificando-o como pouco abonatório para uma Escola com o cariz da Escola Profissional Fialho de Almeida. E, sugeriu à Câmara, uma vez que as entidades proprietárias daquela Escola são as Câmaras Municipais de Cuba e Vidigueira, que tivessem alguma atenção.

Disse haver coisas que não gostava, uma vez que aquelas Instituições, que dependiam da autarquia, nomeadamente da de Vidigueira, fossem tratadas com tal leveza.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre as questões ali levantadas.

O Senhor Presidente da Câmara quanto à questão do Lar, informou que o projecto que existia do Plano de Urbanização, previa para aquela zona, estando no próprio projecto a implantação do Lar. Quando estava toda a documentação reunida para ser apresentada à Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Alentejo, constatou-se com os arquitectos que onde existia projectado a instalação de um lar, com pareceres positivos de todas as entidades, incluindo o da Segurança Social, já estava edificado um loteamento, sendo necessário fazer a rectificação dessa área no projecto. Perante tal situação, o Senhor Presidente da Câmara disse que não ficariam bem com eles próprios, se pegassem no projecto, tal como ele estava, e o enviassem para a Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Alentejo, pois que lhes poderia causar problemas no futuro. Preferiram ser transparentes e, dizer que não era possível o lar continuar projectado para ali, devido à existência de um loteamento.

Quanto à Zona Agrária e respondendo ao Senhor Deputado João Roberto, o Senhor Presidente da Câmara disse não querer estar a puxar os louros para a Câmara Municipal, mas foi graças à actuação desta que o espaço de manobra do Ministério da Agricultura ficou reduzido a zero, dado que o motivo que alegavam para o fecho, tinha a ver com os custos daquele espaço e a Câmara prestou-se a dar tudo.

Quanto ao plano estratégico tão reclamado, o Senhor Presidente da Câmara perguntou que plano queriam os Senhores Deputados que fosse apresentado, dado que não existe um plano estratégico nacional e que estava à porta um novo quadro comunitário em que ninguém sabe para onde se irá, nem como se irá fazer. Informou que a Câmara tinha recebido através da Associação de Municípios, uma solicitação na qual davam 48 horas para apresentar contributos para o plano estratégico de desenvolvimento do Alentejo. Disse que havia conhecimento que aquela Associação, durante o ano de 2005, tivera uma série de reuniões com várias entidades do Distrito de Beja, de forma a que fossem dando os seus contributos, para que depois fosse apresentada uma proposta para esse Plano Estratégico para o Alentejo. Os autarcas manifestaram-se, alguns violentamente, que 48 horas era um prazo



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

muito curto para o que se quisesse apresentar. Mais informou que os contributos da Vidigueira, foram dados em 48 segundos e que havia zero para dar. Quanto ao plano estratégico estavam esclarecidos, declarou o Senhor Presidente da Câmara. Falou ainda na publicação de um livro da Associação de Municípios, relativamente ao trabalho de 2005 e que estavam 40 ou 50 entidades mas que, infelizmente, não viu nenhuma de Vidigueira, provavelmente o plano estratégico passou ao lado de quem estava na Câmara nessa altura, concluiu o Senhor Presidente da Câmara. Terminou dizendo que a questão do plano estratégico estava respondida, tanto para o Senhor Deputado Pedro Ferreira, como para o Senhor Deputado João Roberto.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira para esclarecer um pouco mais, sobre aquilo que era o seu entendimento de um Plano Estratégico, porque não havendo linhas mestras que orientassem do governo central, cruzava-se os braços e nada se faria, não sendo aquela a sua ideia, nem a sua intenção. Disse que, quando se falava de um plano estratégico, o mesmo terá que existir materialmente e, que como já tinha sido referido, mais que uma vez em Assembleia Municipal, esperava que houvesse alguma coisa materializada. E, que um plano estratégico deveria indicar linhas mestras que não se materializa em acções concretas. Disse que, analisando o contexto externo e interno à Vidigueira e aquilo que eram as suas potencialidades, como o vinho, o pão e as laranjas, seria de facto, também por aí, que se definiam linhas mestras de actuação. Continuando na sua intervenção, o Senhor Deputado Municipal afirmou que, o que o movia, enquanto Deputado Municipal, seria poder dar um contributo positivo ao concelho de Vidigueira e poder dizer que, daquela Assembleia saíu um documento, que não sendo obviamente de carácter executivo, teria as potencialidades de poder vir a ser a linha mestra, que conduziria o futuro do concelho durante 4, 8 ou 12 anos. Disse não se referir a acções concretas, percebendo que as dificuldades serão outras e que o nível de detalhe seria outro, não cabendo à Assembleia entrar por ali, pois seria um nível executivo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado João Roberto e disse que não iria acrescentar mais ao que foi dito pelo Senhor Deputado



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Municipal Pedro Ferreira, pois concordou inteiramente com o seu discurso e com a forma como caracterizou a ideia de um plano estratégico. Disse o Senhor Deputado Municipal João Roberto que, não se tratando de uma correcção, mas sim de uma interpretação sua, um plano estratégico teria de ser mais ambicioso do que aquilo mesmo, por tal diria que seria a partir daqueles 12 anos. Mais disse que seria necessário trabalhar numa coordenação de esforços, com base num conjunto de pressupostos que terão de ser definidos politicamente, que permitissem saber exactamente para onde é que se caminhava. Respondendo claramente ao Senhor Presidente da Câmara, disse que queria um plano estratégico igual àquele que foi apresentado, ou que pelo menos foi prometido durante a campanha eleitoral da CDU, mas como ele que estava a baloiçar há 3 meses já caíu, prometeu fazer um esforço para que da próxima vez não lhe irá perguntar pelo plano, mas em vez disso apresentará algumas propostas daquilo que considerava ser as traves mestras desse mesmo plano estratégico.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Roberto e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara voltou a falar do plano estratégico e disse que na última reunião da Associação de Municípios, tinha sido constituído um grupo de trabalho com 5 ou 6 Presidentes de Câmara e com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Alentejo e que iriam traçar as traves mestras para o plano estratégico do Alentejo. Posteriormente, o plano do concelho de Vidigueira terá que se enquadrar dentro daquele. Daí não fazer sentido naquele momento estar-se virtualmente a dizer que existem planos estratégicos. Contrariou o que foi dito pelo Senhor Deputado Municipal João Roberto, e afirmou que o plano não tinha caído, mas que seria reformulado consoante as novas exigências do novo quadro comunitário. Mais disse o Senhor Presidente da Câmara, que não estava ali para enganar ninguém e que não iria apresentar mil e um coisas respeitantes ao plano, porque não corresponderiam à realidade. Concluindo a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara disse que todos ali presentes, queriam concerteza que continuassem a



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ser tratados com seriedade, com transparência, para que o concelho de Vidigueira, dali a 10 ou 15 anos, pudesse ter um futuro, porque, naquele momento, não o tinha.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Deputados Municipais e à Câmara os contributos que deram naquele que foi o primeiro ponto da actividade municipal, pois tinham sido levantadas algumas questões importantes.

Terminado este ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

**PONTO 2 – ADESÃO DA CÂMARA COMO SÓCIA COLECTIVA DA FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE BEJA.**

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão da Câmara como sócia colectiva da Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja.

**PONTO 3 – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria ser distribuído às bancadas dos vários partidos com assento na Assembleia Municipal, o CD com o inventário e que, o mesmo, esteve à disposição no Gabinete da Assembleia Municipal no Edifício dos Paços do concelho.

Seguidamente, passou-se à votação.

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou por, maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal António Graça da bancada da CDU, aprovar o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação.

**PONTO 4 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2005, NOS TERMOS DO N.º.2, DO ARTIGO 49.º., DA LEI N.º.169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DA LEI N.º.5-A, DE 11 DE JANEIRO.**



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, aquele ponto da ordem de trabalhos tinha sido preparado com o executivo e que a mesa da Assembleia Municipal entendeu, naturalmente em consenso com a Câmara, que seria o Senhor Dr. Caldas, que é o responsável pela Divisão Administrativa e Financeira da Câmara de Vidigueira, a expôr muito rapidamente algumas questões, relacionadas com a prestação de contas.

O Senhor Dr. Caldas começou por dizer que os documentos de prestação de contas estavam a ser ali apresentados, porque era uma obrigação legal e, se não o fosse, outras razões existiriam. Informou que os mesmos já tinham sido enviados para a Direcção Geral do Orçamento, Direcção Geral das Autarquias Locais, Instituto Nacional de Estatística e que a Câmara Municipal de Vidigueira foi a primeira Câmara do País a enviá-los por via electrónica para a Direcção Geral do Orçamento.

O Senhor Dr. Caldas começou por explicar, através de uma apresentação em Power Point, quais os documentos que vão ficar anexados a esta acta e relativos a este ponto.

Terminada a apresentação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Dr. Caldas, e colocou o documento à consideração dos Senhores Deputados Municipais.

Pedi para intervir o Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira, que agradeceu a explicação pedagógica e tão exaustiva quanto possível do Senhor Dr. Caldas, e aproveitou para felicitar o executivo porque lhe foi dado a ver que, em 2 meses e 8 dias, deu completamente a volta às contas da autarquia.

Fez referência à análise da situação financeira de 22 de Outubro de 2005, que foi descrita pelo Senhor Presidente da Câmara, no boletim municipal. Analisando o balanço dos últimos 3 anos, na pag.12 do documento de prestação de contas (relatório de gestão) constatou que: se mantinha o equilíbrio financeiro do Município, tendo o rácio de autonomia total passado de 56% em 2003 para 55% em 2004 e voltando em 2005 ao nível de 55%; que a Câmara apresentava uma situação financeira saudável; que todo o acumulado que a Câmara possui em termos de capital próprio, correspondia a 56% do activo total; que as dívidas a médio e a longo prazo, apresentavam um número assustador, mas que, quando se olhava para a percentagem daquilo que era o pagamento anual dos



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

juros correspondentes às dívidas e para os passivos financeiros, o peso do pagamento daqueles empréstimos, em termos daquilo que era a disponibilidade geral da Câmara, era irrisório.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal e deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Roberto que disse que iria ser muito rápido, pois algumas das suas questões tinham sido levantadas pelo Senhor Deputado Pedro Ferreira. As questões tinham a ver, com o tentar perceber todos ali em conjunto, qual era afinal a situação real da autarquia.

Disse que gostaria que aquela reflexão fosse a mais profunda possível, porque temia a repetição de situações que já tinha visto em anos anteriores, com uns a tentarem demonstrar que as coisas são de uma forma e outros a esgrimir argumentos para demonstrarem o contrário e os que assistiam ficavam com a convicção de que o último que tinha feito a intervenção, era o que tinha transmitido de facto a situação real da autarquia.

Uma vez mais, lamentou o facto de não ter sido anexado ao documento de prestação de contas alguma explicação política.

Referiu o parágrafo na pág.8 do relatório de gestão (... a situação económica do Município de Vidigueira no exercício de 2005 é caracterizado pela evolução em termos de proveitos e custos ...) dizendo que não lhe era claro e pediu que fosse o Senhor Presidente da Câmara a prestar a explicação do mesmo. Quis saber que evolução?. Disse que se falava e que se jogava um bocado com as palavras, mas que se acabava por dizer muito pouco. Disse que se deveria fazer um esforço no sentido de objectivar a informação relativa à concretização dos objectivos e do planeamento idealizado, tornando-as um pouco mais concretas. O Senhor Deputado Municipal João Roberto falou na ênfase que ali foi colocada, aquando da liquidez geral do ano 2005, e que o Senhor Dr. Caldas explicou que, quando o activo circulante sob o passivo circulante apresentavam um rácio de 7.22, significava que havia sete vezes a possibilidade de pagar aquilo que se devia. Contudo, considerando aquilo também no limite, poderia significar uma péssima tesouraria. Chamou à atenção para a pag.20 do relatório de gestão e solicitou que lhe fosse explicado, como é que a percentagem utilizada no limite legal nas despesas com o pessoal do quadro, passava de 36.6% no ano



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

2003 para 68.9% em 2004 e em 2005 para 63.3%, porque, segundo as suas contas, não lhe dava aquele resultado. Mais disse que o erro poderia ser seu, ou da fórmula e que aquilo só acontecia a quem fazia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Roberto e deu a palavra ao Senhor Deputado João Carlos. Referindo-se à declaração de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista na acta da reunião de Câmara, disse que havia uma grande confusão entre a saúde financeira e gestão. E explicou a diferença existente entre elas. Segundo as informações que tinha retirado da imprensa, disse que Vidigueira era uma da meia dúzia de Municípios que não tinha utilizado os níveis de endividamento máximos que poderia. Explicou que a Câmara da Vidigueira limitou-se, nos últimos 4 anos, a gerir o orçamento de Estado, que não houve a mínima preocupação em fazer a multiplicação dessas verbas, quando havia financiamento da União Europeia e que em termos de gestão perdeu –se imenso. Apontou o que se perdeu na Biblioteca e na parte do financiamento do loteamento ao castelo. Disse ter lembrado ali, em outras Assembleias, que deveria haver propostas de projectos, porque o primeiro a meter projectos seria o primeiro a ser servido, o que justificava obviamente a gestão da CDU. Disse que não iria restringir-se à saúde financeira da Câmara, relativamente ao ano de 2005, porque o Senhor Presidente da Câmara, poderia clarificar melhor aquela situação. Falou na questão da gestão típica dos anos 80, em que na primeira metade, Portugal ainda não fazia parte da União Europeia e que na segunda metade, não se sabia como é que funcionava as candidaturas a programas operacionais e a financiamentos. Disse que uma boa gestão era fazer rentabilizar o dinheiro, e como teve oportunidade de frisar em 2003 e 2004, que o futuro do concelho de Vidigueira estava completamente hipotecado, porque o último quadro comunitário de apoio estava a chegar e que não existiam projectos. Mais disse que o futuro do concelho de Vidigueira e a oportunidade de se poder multiplicar o dinheiro, estavam hipotecados. Falando na gestão da CDU nos seus últimos 4 anos, estabeleceu a comparação que no último quadro comunitário de apoio do eixo prioritário 1, dos 30% do total atribuído ao distrito de Beja, 4,3% foram para o concelho de Vidigueira, Évora 5.6%, Portalegre 3.9% e Beja 1.31%. Referiu que os projectos foram submetidos



## MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais cedo, que pedagogicamente se criou uma reputação durante os anos 90, que teve o seu reflexo no último mandato que terminou em 2001 e que, a partir dali se enterrou a cabeça na areia, a gerir o orçamento. Finalizando a sua intervenção, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual era a sua sensibilidade para o futuro e para o próximo quadro comunitário de apoio, se tinha ou não algumas expectativas. Mais disse, que durante o seu mandato, seria a sua última vez que o ouviriam falar da gestão do Partido Socialista.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Roberto, que disse que era somente para concluir um aspecto que se tinha esquecido e que se prendia com a análise económica. Disse que, quando se falava dos resultados líquidos do presente exercício, qualquer pessoa que olhasse mais atentamente para aquela demonstração de resultados, percebia imediatamente que, daqueles 800 mil Euros que foram apresentados, somente 500 se deviam ao aumento das transferências centrais e subsídios e, não a qualquer espécie de desempenho. E, quem quer que seja que se candidatasse a reclamar, os louros daqueles resultados era uma reclamação que tinha de ser feita muito alta, porque ninguém a iria ouvir porque não seria válida.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Começou a pequena análise com uma história, que já tinha tido oportunidade de a contar em reunião de Câmara e, parecendo-lhe que não a tinham entendido, ou então não a tinham transmitido a quem estava ali presente. A história da criança que perguntou, quantos eram 2+2, aos Senhores formados em Medicina, em estatística e em contabilística. O Senhor formado em medicina disse-lhe que eram 4, o da estatística 3,999 e o da contabilística respondeu-lhe quantos é que queria que fossem. Depois daquela pequena história, o Senhor Presidente ainda citou o Prof.º Augusto Mateus que afirma “só diz generalidades quem é ignorante”, mas como estava perante uma sala de pessoas inteligentes, preferiu falar de coisas concretas. Disse ter ali consigo uma pequena apresentação, mas que não iria jogar com as palavras, como dizia o seu amigo Deputado Municipal João Roberto. Iniciou a apresentação com a situação financeira apresentada em 22 de Outubro, versus à situação



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

financeira em 31 de Dezembro e o que tinha sido apresentado em 22 de Outubro, proclamado aos quatro ventos pelo Partido Socialista, que tinha ficado muito dinheiro na Câmara (1 milhão e 116 mil euros). Em 31/12 só lá estavam 517 mil euros que permitiu pagar alguns encargos assumidos e que foram devidamente transmitidos à Assembleia constando num documento assinado pelos dois executivos. Referiu a existência de facturas por pagar, sendo os encargos que faltavam pagar em 31/12 de 869 mil euros. Referiu que as contratações foram feitas sem que primeiro fossem cabimentadas e que os 131 mil euros eram facturas dentro da gaveta, que não podiam aparecer na contabilidade, porque não havia espaço no orçamento. Mais disse, que quando se analisava aquele tipo de contas, chegava-se à conclusão que nem tudo o que parece é, e que a afirmação feita no dia 22 que, o que lhe parecia à primeira vista uma situação perfeitamente saudável, tornou-se no mínimo preocupante. Informou que estavam previstos mais de 10 a 15 mil contos, na revisão de preços e trabalhos a mais nas Escolas Primárias de Selmes, Pedrógão e Vila de Frades e mais 10 mil contos nas rotundas, que irão centrar-se essencialmente na Rotunda do Cemitério. Informou que estava colocada a hipótese de rescindir o contrato de revisão do Plano Director Municipal, porque a empresa não lhes dava garantias; que se conseguiu negociar as fontes do Largo Vasco da Gama e do Largo José Afonso, porque a empresa não tinha ainda iniciado as obras.; que foi necessário fazer algumas transferências para que o procedimento de adjudicação daquelas fontes na sua globalidade permitissem um tipo de procedimento. Houve verbas que foram deslocalizadas de umas fontes para outras e, a que foi paga, foi a do Largo Frei António das Chagas, e o Senhor Empreiteiro contentou-se com aquele valor, anulando os outros dois. Referiu as verbas que em 31/12 não estavam liquidadas e que em 22 não constavam no relatório, porque tinham aparecido no período de 22 a 25 de Novembro e que tinham a ver com os filmes para o museu, e que não havia cabimentação, com os subsídios de reintegração, com uma obra que tinha sido efectuada na Igreja de Selmes e com a viagem à Áustria. Mais disse que se poderia afirmar, que os indicadores eram todos muito bonitos, mas que não haverá indicadores que resistam quando existiam facturas dentro das gavetas. Disse que nada daquilo era fiável quando não se cumpriu a Lei; que continuava a ser difícil quantificar aqueles montantes devido à série de facturas que continuam a chegar todos os dias e algumas com referência a anos anteriores.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Continuando na sua intervenção o Senhor Presidente da Câmara disse que a anterior Câmara Municipal, durante muitos meses viveu à conta dos fornecedores e que alguns deles deslocaram-se à Câmara e queixaram-se que tinham ordenados em atraso, porque a Câmara não lhes podia pagar e que este novo executivo viu-se confrontado com tal situação, dado que não havia cabimentação orçamental para lhes poder pagar. Daí que, voltando “à pequena história do menino que queria saber quantos eram 2+2”, o Senhor Presidente da Câmara questionou quem teria razão, não sabendo se o menino da Escola Primária já saberia quantos eram 2+2, quando um contabilista lhe perguntar. Afirmou que estava na altura certa, para responder a uma questão que o Senhor Deputado José António tinha colocado, quando este perguntou qual o motivo que os subsídios dos estudantes ainda não tinham sido pagos. Foi porque se entendeu que as verbas que estavam disponíveis, foram utilizados no pagamento de facturas a fornecedores e que também iriam servir para dar resposta a uma solicitação de uma Instituição de Solidariedade Social e que sentiram a necessidade de comprar um terreno para localizar um lar o mais próximo possível da Vidigueira. E que não puderam utilizar o saldo de 517 mil Euros, só a partir da Assembleia de 21 de Abril de 2006 é que o poderiam utilizar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e dado o adiantado da hora, se os Senhores Deputados Municipais não colocarem objecções à metodologia apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em que daria novamente a palavra aos Senhores Deputados, seguida da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, e da votação do documento, terminando o ponto nº.4, dado que havia mais dois pontos a tratar.

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António que, pegando na história do menino contada pelo Senhor Presidente da Câmara, disse que lhe deu a entender que todos aqueles números que estão no documento foram aquilo que provavelmente, não sabendo se o Senhor Presidente da Câmara queria que assim fossem, mas foram forjadas pelo Senhor Dr. Caldas. Porque o contabilista no final disse “o que é que o menino quer”, portanto ali aconteceu se calhar o mesmo. Foi feito aquilo que se queria e não aquilo que era na



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

realidade, segundo o que o Senhor Presidente da Câmara acabou de demonstrar. Em relação à intervenção do Senhor Deputado João Carlos, o Senhor Deputado José António disse que havia Câmaras que estavam mais endividadas, e que infelizmente só na gestão do Partido Socialista é que ficou com a cabeça enterrada na areia. Reportando-se ao que o Senhor Vereador Teles tinha dito numa acta da Câmara, que a Câmara da Vidigueira sempre teve de boa saúde financeira, o Senhor Deputado disse que foi porque houve sempre dinheiro, se calhar houve sempre má gestão, se não se empregou, ficaram com o dinheiro em carteira. Mais acrescentou que aquela gestão já vinha de trás, que não era recente e se, nos últimos 4 anos houve aquele fluxo de dinheiro para a Vidigueira, foi relativo às obras dos pavimentos em Vidigueira, Pedrógão do Alentejo e Vila de Frades, porque não via outros projectos que tiveram tão grandes dimensões para se poder receber tanto dinheiro, só nestes últimos 4 anos. Continuando na sua intervenção o Senhor Deputado Municipal José António referiu que, recuando 20 anos no tempo, disse que, se calhar, no tempo presente, já não havia a possibilidade de demonstrar quais os projectos que foram feitos, os fluxos de capital que vieram do Feder, começando pela Piscina e solicitou que fossem explicados todos os projectos que durante aquele tempo foram feitos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu desculpa mas não percebeu bem, não sabendo se seria pelo adiantado da hora, se o Senhor Deputado queria falar sobre questões de há 20 anos atrás.

O Senhor Deputado Municipal José António respondeu que era só uma questão de contas.

Interveio o Senhor Deputado Municipal António Graça e explicou ao Senhor Deputado Municipal José António de uma forma de mais senso comum que a saúde financeira nada tinha a ver com o dinheiro, mas sim com a aplicação do mesmo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado João Carlos Goes que quis explicar com palavras um pouco mais leves, que não houve a tentativa de multiplicar o dinheiro com a candidatura de projectos e que não houve a



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

preocupação com o futuro. Deu como exemplo o Alqueva, questionando o esforço que foi feito por parte da Câmara nos últimos 4 anos para conseguir alguma coisa do Alqueva e solicitou que lhe fosse dado um exemplo. Afirmou que não se poderia comparar a Câmara do presente com uma Câmara de há 20 anos atrás e estabeleceu a diferença de trabalho que competia aos Presidentes de Câmara.

Não havendo mais questões a colocar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por responder ao Senhor Deputado José António, relativamente à questão das contas terem sido forjadas. Disse que o que estava no documento apresentado era aquilo que a lei permitia, porque o que a lei não permitia ficou dentro da gaveta e que carros sem seguro não era o seu lema. Disse que não tinha respondido ao Senhor Deputado João Carlos quanto à questão da sua sensibilidade, para o próximo quadro comunitário e que iria aproveitar para dizer que a sua sensibilidade era idêntica a de outros autarcas e que tinha sido devidamente expressa, numa reunião durante a manhã com o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios que decorreu em Beja. Traçou-se deveras negro acerca da aplicabilidade do futuro quadro comunitário e, se não houvesse uma rápida mexida nos planos de ordenamento do território, e se os Planos Directores Municipais de todos os concelhos do País não forem revistos no máximo até Junho de 2007, muitas das oportunidades irão ser perdidas, porque tudo aquilo que se poderá aplicar, irá sofrer as condicionantes dos Planos Directores Municipais que estão em vigor. Mais disse que a única coisa que restava ao Alentejo, era que realmente os planos de ordenamento do território fosse revistos, porque, senão, o próximo quadro comunitário que todos dizem ser a última oportunidade iria ser mesmo a última oportunidade, mas perdida.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais votando o documento de prestação de contas.



**MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou, por maioria, com sete votos a favor do PS e onze abstenções da C.D.U e uma do P.S.D, aprovar os documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2005, nos termos do n.º.2, do artigo 49.º, da Lei n.º.169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º.5-A, de 11 de Janeiro.

**PONTO 5 – 1ª. REVISÃO ORÇAMENTAL, PARA UTILIZAÇÃO DO SALDO DO ANO ANTERIOR.**

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª. Revisão Orçamental, para utilização do saldo do ano anterior.

**PONTO 6 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que aquele documento era essencial, que tem vindo a produzir efeito desde há algum tempo, e que teve umas pequenas alterações, tentando reduzir o grupo, para que tivesse mais produtividade. Foi colocado à consideração dos Senhores Deputados votando. Explicou que, primeiro votava-se o Regulamento e depois o documento anexo com todas as entidades que fariam parte do Conselho.

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança e o respectivo documento anexo com todas as entidades que compõem o Conselho.

**APROVAÇÃO EM MINUTA**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do ponto 5, do art.º. 34 do Regimento da Assembleia Municipal, colocou à votação as minutas das deliberações tomadas nesta sessão.

Não havendo objecções, a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou as deliberações em minuta, para que estas pudessem produzir efeito.



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA** **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o contributo de todos na Assembleia Municipal, considerando-a altamente positiva, bem dialogada, que decorreu com muita seriedade e muita pontualidade. Agradeceu a presença dos munícipes, com toda a sua paciência pois ninguém tinha saído da sala, o que considerou muito importante para a Assembleia, dignificando-a.

### **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**

Encerrada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Senhores Munícipes para colocarem alguma questão, alertando-os para que não fizessem referência às intervenções dos Senhores Deputados Municipais. Mais acrescentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, a Assembleia era soberana e que os Senhores Deputados Municipais tinham as suas opiniões e que estava ali para a fazer respeitar.

Interveio o Senhor José António Pinto Janeiro residente em Vidigueira que agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por lhe ter sido dada a palavra e disse que estava com num dilema. Queria um esclarecimento e queria esclarecer sobre o esclarecimento e que o passou a fazer. Quanto ao esclarecimento que pretendia da Câmara, disse que tinha um familiar jovem que iria adquirir a sua 1ª. habitação e como foi uma proposta na campanha eleitoral da Câmara que pagaria a escritura e contribuiria até 1% dos juros, daí que gostaria de saber se já estava em execução, quem tratava e se não estava em execução para quando estava previsto.

Seguidamente, passou à forma de esclarecer e disse que o lar que estava projectado não era nos casões de José Mendes Carvalho, mas sim nos casões de José Mendes Pereira que era ao lado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Senhor Pinto Janeiro e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a rectificação. Quanto à questão concreta, informou que estava a ser desenvolvida toda a estrutura que seria necessária em termos legais, de forma a que não se violasse a lei e que as



## **MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

intenções eram aquelas que foram transmitidas. Referiu que estava a ser elaborado um projecto em termos jurídicos, que enquadre todas as intenções e que virá, em princípio, se não houver nada que faça atrasar, a ser apresentado para ser aprovado em Assembleia de Junho e o seu lançamento seria efectuado na Semana da Juventude. E que, a partir de Setembro, qualquer dos jovens poderia candidatar-se ao produto que a Câmara Municipal iria lançar com o objectivo de fixar as populações jovens no concelho de Vidigueira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Não havendo mais questões a colocar o Senhor Presidente despediu-se dizendo que o próximo encontro seria no dia 25 de Abril pelas 17h30m.

### **ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou esta acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Secretários.

E eu Rita da Glória Folharascas do Alpendre Marques, Assistente Administrativa Especialista, para o efeito designada, a redigi e subscrevo.